



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 04/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Revisão do Marco do Saneamento priorizará tarifa mais baixa e investimento rápido

As concessões de saneamento que utilizarem verbas federais terão como critério de seleção do vencedor o menor valor de tarifa e o cronograma de universalização do serviço mais rápido. Hoje, ganha quem oferece a maior outorga.

"O dinheiro do saneamento tem que ir para o saneamento, não pode ir para asfaltar rua, pagar festa", disse à Folha o ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho (MDB)

A mudança estará no decreto revisando regras do Marco do Saneamento, que será apresentado na quarta-feira (5) em cerimônia no Palácio do Planalto.

Outra definição que estará no texto será o de estabelecer a ANA (Agência Nacional de Águas) como a responsável por regular o setor, seguindo diretrizes do Ministério das Cidades. Uma clareza nesse sentido foi pedida pelo setor privado durante as discussões que levaram ao novo decreto.

Conforme antecipou a Folha, o decreto também retirará a trava de 25% para a participação de PPP (Parceria Público Privada) em concessões de saneamento.

"O presidente Lula determinou que o que nós queremos é investimento no setor e ninguém sozinho vai conseguir isso", apontou o ministro. Ele estima que as mudanças vão permitir destravar pelo menos R\$ 120 bilhões em investimentos no setor.

Isso porque 1.113 municípios estariam impedidos de receber recursos federais para promover investimentos no saneamento básico das cidades a partir de 31 de março deste ano caso não fossem feitas alterações no marco. De acordo com o Ministério das Cidades, quase 30 milhões de pessoas vivem nesses locais.

Essa trava surgia por conta de diversas razões. A primeira era a comprovação de capacidade técnica e financeira para promover investimentos, cujo novo prazo passa a ser o fim de 2024.

No Palácio do Planalto, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, destacou a importância da proposta, disse que o decreto deve ser assinado pelo presidente nesta semana e citou a possibilidade de mais de R\$ 100 bilhões de investimentos.

"Vamos abrir leque de investimento para celebrar chegada da água, do esgoto e, com isso, atrair recursos de fundo de investimento privado e várias modalidades que envolvem subconcessão, PPP e várias modalidades e sair da visão estreita que reduzia pra apenas uma modalidade", disse a jornalista, após reunião ministerial com Lula.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 04 de abril.

### Comissão de Trabalho vai debater a terceirização no Brasil

Na segunda quarta-feira deste mês, dia 11, a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados vai debater os impactos da terceirização, sobretudo após a vigência da Lei 13.429/17, e da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), aprovada na vigência do governo de Michel Temer (MDB), que assumiu a Presidência do País após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

O requerimento, deputado Bohn Gass (PT-RS) foi aprovado na Comissão de Trabalho. A comissão ainda não confirmou a lista de convidados, mas debate está previsto para ocorrer no plenário 14, às 14h do dia 11.

O colegiado aprovou também a criação da Subcomissão Especial Permanente para analisar e discutir o trabalho por aplicativos e por plataformas digitais.

A iniciativa foi do presidente do colegiado, deputado Aírton Faleiro (PT-BA).

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 04 de abril.

## Datafolha: 23% dos brasileiros dizem que comida em casa é insuficiente

O percentual de famílias com comida insuficiente em casa atingiu em março o menor patamar da série da Pesquisa Datafolha, iniciada em maio de 2021.

Ainda assim, quase um quarto dos entrevistados afirma que a quantidade de alimentos no lar nos foi menos que o suficiente.

A falta de comida na mesa foi uma realidade sentida por 23% dos entrevistados —oscilando negativamente na comparação com a pesquisa anterior, de outubro de 2022, quando esse percentual era de 24%.

O pico da série ocorreu julho de 2022, quando 33% afirmaram ter menos alimentos em casa do que a família necessitava.

O Datafolha ouviu 2.028 pessoas com 16 anos ou mais em 126 cidades, de quarta (29) a quinta (30).

Para os entrevistados que dizem receber Bolsa Família, a margem de erro é de 4 pontos para mais ou menos; para os que não ganham o benefício, a margem é de 3 pontos.

Entre os entrevistados, 62% disseram contar com quantidade suficiente de comida (eram 56% em outubro) e apenas 15% consideravam essa quantidade mais do que suficiente (há cinco meses, eram 20%).

O combate à fome é uma das principais bandeiras do governo —e uma das principais armas é o combate à inflação. Em fevereiro, a inflação oficial do país acelerou para 0,84%, sendo de 0,16% no grupo de alimentos e bebidas.

Apesar de alguns aumentos de preços de itens importantes no cardápio dos brasileiros, como o leite longa vida (4,62%), dos ovos (2,25%) e do arroz (1,91%), o mês também registrou queda de alimentos que tinham ficado mais caros no ano passado, como as carnes (-1,22%) —com a queda mais intensa em 15 meses—, a batata-inglesa (-11,57%) e o tomate (-9,81%).

Um dos principais símbolos da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a picanha foi o corte de carne pesquisado com a maior queda (-2,63%) em fevereiro.

Para o ano de 2023, há uma expectativa de queda dos preços dos alimentos, o que deve dar um alívio ao orçamento doméstico, sobretudo para as famílias de menor renda.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 04 de abril.

## Índice de confiança do consumidor recua em São Paulo, diz ACSP

O índice de confiança do consumidor paulista monitorado pela ACSP (Associação Comercial de São Paulo) registrou a primeira queda desde novembro. Foi um recuo de 0,9% em relação a fevereiro.

A entidade afirma que a percepção das famílias em relação à própria situação financeira e de emprego segue positiva, porém está perdendo intensidade.

Para Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da ACSP, a queda está na margem de erro e ainda não é compreendida como mudança na tendência de crescimento iniciada em maio de 2021. O índice de março ficou em 109 pontos, patamar considerado otimista.

Em comparação com março do ano passado, quando os efeitos da ômicron ainda persistiam, o indicador subiu 25%, segundo a ACSP.

O monitoramento registrou leve queda na classe C e maior recuo nas classes D e E. As famílias das classes AB demonstram otimismo.

Na capital paulista, o índice de confiança do consumidor manteve estabilidade em relação ao mês passado — quando ultrapassou pela primeira vez em três anos os 100 pontos— e alcançou 101 pontos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 04 de abril.